

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de março de 2016

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		30.942	25.809	Passivo Circulante		82.539	86.262
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.f	116	149	Contas a Pagar		9.961	12.073
Contas a Receber		335	-	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	17.f	3.129	2.525
Créditos Tributários - Correntes	9.d	28.183	23.647	Salários a Pagar		44.768	49.390
Outros Ativos Financeiros		2.308	2.013	Impostos a Pagar		12.676	11.795
Ativo não Circulante		160.323	159.171	Provisões	8.a	10.497	6.431
Aplicações Financeiras	4&17.f	43.726	70.300	Outros Passivos		1.508	4.048
Contas a Receber		3984	1.224	Passivo não Circulante		52.817	39.094
Depósitos Judiciais		35.993	32.452	Salários a Pagar		231	204
Créditos Tributários		-	-	Provisões	8.a	52.586	38.890
Correntes	9.d	40.475	23.517	Total do Passivo		135.356	125.356
Diferidos	9.b	34.771	30.311	Patrimônio Líquido			
Outros Ativos Financeiros		550	-	Capital Social		35.879	35.879
Outros Ativos		498	337	Reservas		20.582	25.915
Ativo Tangível	5	281	378	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(552)	(2.170)
Ativo Intangível	6	45	652	Total do Patrimônio Líquido	10	55.909	59.624
Total do Ativo		191.265	184.980	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		191.265	184.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva para			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		35.879	3.713	26.019	319	-	65.930	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	(8.080)	(2.489)	-	(2.489)	
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	10.b	-	-	-	-	-	(8.080)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	7.233	7.233	
Destinações:								
Reserva Legal	10.c	-	362	-	-	(362)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	-	(2.970)	(2.970)	
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	3.901	-	(3.901)	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		35.879	4.075	21.840	(2.170)	-	59.624	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	1.618	-	1.618	
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	10.b	-	-	(3.901)	-	-	(3.901)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.250	2.250	
Destinações:								
Reserva Legal	10.c	-	112	-	-	(112)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	(1.544)	-	(2.138)	(3.682)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		35.879	4.187	16.395	(552)	-	55.909	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Isban Brasil S.A. (Isban Brasil), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Interlagos, 3501, Bloco 10 - Térreo - Bairro Jardim Umarama - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informática, software, programas e todo tipo de produtos e serviços afins e prestação de serviços de telecomunicações, serviços de hospedagem gerenciada e armazenamento eletrônico de dados, prestação de serviços de processamento de dados, serviços conexos de exploração de conteúdos para acesso on-line, internet entre outros, serviços relacionados às atividades de consultoria, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação utilizados pelas empresas do Santander na América Latina e a participação no capital de outras sociedades no país e no exterior.

As receitas da Isban Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão representadas por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 17.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Isban Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Isban Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 23 de março de 2016.

A Administração da Isban Brasil não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

c) Estimativas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para os funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou empréstados ("posições vendidas"); e

- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados a valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo do prazo dessas transações ou desses serviços; e

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Isban Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente das demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Isban Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Isban Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil): de (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Isban Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas de pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial (Nota 8.a).

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil impacta, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações

A Isban Brasil, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander

Redutor: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do plano. Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander Espanha. O Banco Santander Espanha mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e as correspondentes responsabilidades incorridas no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Líquida de Prestação de Serviços				01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2014	
Custos dos Serviços Prestados	13	(420.692)	(389.531)	11	469.493	434.283	
Lucro Bruto		48.801	44.752	Lucro Bruto		48.801	44.752

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Sensibilidade	
(+) 1.0%	(-) 1.0%
739	(588)

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

Planos

Banesprev I	11,67
Banesprev II	12,32
Banesprev III	10,19
Banesprev IV	16,19
Sanprev II	15,19
Cabesp	20,21

e.3) Remuneração com Base em Ações

A Isban Brasil, possuía um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. Eram elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Isban Brasil, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade e o grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam do referido plano se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Em 31 de dezembro de 2014 foram encerrados os ciclos de incentivo a longo prazo.

e.3.1) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Isban Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Isban Brasil durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de corte, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	41.550				
Plano I14	(41.550)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014 ⁽¹⁾	-				

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2014 foram encerrados os ciclos de incentivos a longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$54 (2014 - R\$130), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação	633	10.584
Juros sobre o Capital Próprio	(2.138)	(2.970)
Resultado antes da Tributação Ajustado	(1.505)	7.614
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	512	(2.589)
Despesas Indedutíveis Liquidadas de Receitas não Tributáveis	287	534
Outros Ajustes	293	(1.296)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.092	(3.351)
Impostos Corrente	(3.676)	(5.420)
Impostos Diferidos	5.293	2.069
Impostos Pagos no Exercício	(9.245)	(10.259)
Alíquota Efetiva	-172,46%	31,66%

b) Impostos Diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Natureza e Origem:				
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	7.635	7.477	(1.715)	13.397
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.514	410	-	5.924
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.129	7.542	(8.212)	5.459
Provisão para Fundos de Pensões	2.259	-	(606)	1.653
Outras Provisões Temporárias	8.776	-	(436)	8.340
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.313	15.429	(10.969)	34.773
Créditos não Registrados	(2)	-	-	(2)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	30.311	15.429	(10.969)	34.771

Natureza e Origem:

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Natureza e Origem:				
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.320	4.176	(871)	7.635
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.300	194	-	5.514
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.589	7.727	(8.187)	6.129
Provisão para Fundos de Pensões	1.153	1.106	-	2.259
Outras Provisões Temporárias	9.569	-	(793)	8.776
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	26.961	13.203	(9.851)	30.313
Créditos não Registrados	(2)	-	-	(2)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	26.959	13.203	(9.851)	30.311

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2015	Total Registrados	
Diferenças Temporárias	34.773	34.773	
IRPJ	CSLL	Total	
2016	12.978	4.653	17.631
2017	2.093	793	2.886
2018	2.890	1.076	3.966
2019	2.092	753	2.845
2020 a 2023	5.239	1.885	7.124
2024 a 2025	243	88	331
Total	25.525	9.248	34.773

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

d) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014, totalmente subscrito e integralizado é composto por 12.812 mil ações, nominativas e sem valor nominal (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais) todas de domiciliadas no exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos preferenciais de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações mínimas não têm direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.

Em dezembro de 2015, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$3.682 (R\$273,82 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$301,20 em reais por lote de mil ações preferenciais).

Em abril de 2015, foi aprovado a distribuição e pagamento de dividendos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$3.901 (R\$0,2901 em reais por lote de mil ações ordinárias e 0,3191 por lote de mil ações preferenciais).

Em dezembro de 2014, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$2.970 (R\$220,87 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$242,95 em reais por lote de mil ações preferenciais), pagos em fevereiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Maria Rojo Sevillano

DIRETORIA EXECUTIVA

Em abril de 2014, foi aprovado a distribuição e pagamento de dividendos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$8.080 (R\$0,6008 em reais por lote de mil ações ordinárias e 0,6609 por lote de mil ações preferenciais).

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

11. Receitas Líquidas de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receita Bruta		
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 12&18.f)	494.886	459.722
Serviços de Terceiros (Nota 12)	4.881	1.720
Menos:		
PIS (Nota 12)	(3.392)	(3.038)
Cofins (Nota 12)	(15.713)	(14.094)
ISS (Nota 12)	(11.169)	(10.027)
Receita Líquida	469.493	434.283

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Isban Brasil apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	499.767	461.442
PIS (Nota 11)	(3.392)	(3.038)
Cofins (Nota 11)	(15.713)	(14.094)
ISS (Nota 11)	(11.169)	(10.027)
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas (Nota 13)	(231.238)	(199.149)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(183.123)	(180.809)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(25.154)	(26.482)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 14)	(1.044)	(803)
Transportes e Viagens (Nota 14)	(1.939)	(2.740)
Outras Despesas Administrativas	(12.575)	(8.942)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(97)	(97)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(607)	(607)
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Outras (Nota 8.a)	(23.188)	(12.684)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15	(1.052)
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 15)	5.927	1.931
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 15)	1.914	5.951
Outras Receitas Financeiras (Nota 15)	2.938	2.245
Outras despesas Fundos de Pensões (Nota 8.a & 16)	(689)	(251)
Ativo Fiscal Corrente e Diferido (Nota 9.a)	1.617	(3.351)
Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados	2.250	7.233

13. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas (Nota 12)	231.238	199.149
Despesa de Pessoal - Desenvolvimento de Sistemas	189.454	190.382
Total	420.692	389.531

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processamento de dados	10.537	7.236
Transportes e Viagens (Nota 12)	1.939	2.740
Aluguéis	-	126
Convênio Operacional (Nota 17.f)	571	571
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 12)	1.044	803
Eventos	417	231
Outras	1.049	778
Total	15.557	12.485

15. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito		
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 17.f)	5.927	1.931
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 17.f)	1.914	5.951
Atualização de Depósitos Judiciais	2.124	2.244
Atualização de Impostos a Compensar	506	132
Outras	308	169
Total	10.779	9.887

16. Outras Despesas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas com Juros Fundos de Pensões (Nota 8.a)	689	221
Variação cambial	-	23
Encargos Tributários - MP 651	-	979
Outras	-	50
Total	689	1.273

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Isban Brasil, realizada em 28 de abril de 2015, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2015, no montante de até R\$2.083, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Isban Brasil, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado das ações do Banco Santander Espanha, com base na obtenção de metas (Nota 8.e).

c) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração Fixa	834	766
Remuneração Variável	700	700
Outras	735	604
Total	2.269	2.070

Adicionalmente, no exercício de 2015 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$550 (2014 - R\$312).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Isban Brasil é controlada pelo Grupo Empresarial Santander, com sede na Espanha, a qual é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha que possui participação acionária direta de 12,812 mil ações (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais), equivalentes a 100% do capital social.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	116	149
Caixa e Equivalentes de Caixa	116	149
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾		
Aplicações Financeiras	43.726	70.300
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	43.726	70.300
Contas a Receber	597	713
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽²⁾	38	-
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Isban Espanha) ⁽²⁾	88	377
Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil S.A. ⁽²⁾	79	-
Banco Santander Brasil	-	247
Outros	121	89
Passivo	(3.129)	(2.525)
Dividendos a Pagar </		